



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E
ADMINISTRADOR**

22 de maio de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

Chico Buarque e a era da grosseria online

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
 - (B) compartilha da opinião dos agressores.
 - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
 - (D) se considera uma pessoa grosseira.
 - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
 - (B) estrangeiros.
 - (C) desbravadores.
 - (D) invasores.
 - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
 - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
 - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
 - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
 - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
 - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
 - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
 - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
 - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
 - (B) ao emprego do discurso direto.
 - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
 - (D) à introdução de uma citação.
 - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
 - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
 - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
 - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
 - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.
(B) mas.
(C) e.
(D) senão.
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.
(C) transferência, ascensão e redistribuição.
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
 - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
 - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
 - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
 - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
 - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
 - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
 - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
 - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
 - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
 - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
 - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
 - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
 - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
 - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
 - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
 - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
 - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
 - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
 - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
 - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
 - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
 - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
 - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
 - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 De acordo com Henry Fayol, integrante da escola clássica da administração que sistematizou e divulgou ideias sobre o processo administrativo, um dos componentes da função administrativa é a ORGANIZAÇÃO, a qual foi definida por ele como a atividade voltada para
- (A) examinar o futuro e traçar um plano de ação a médio e longo prazo.
 - (B) montar uma estrutura humana e material para realizar o empreendimento.
 - (C) manter o pessoal em atividade em toda a organização.
 - (D) reunir, unificar e harmonizar toda a atividade e todo esforço.
 - (E) cuidar para que tudo se realize de acordo com os planos e as ordens.
- 22 Nas organizações, a existência de um conjunto de valores, crenças, rituais, maneiras de ser e significado, constituídas e compartilhadas por um grupo humano, compõem
- (A) a cultura organizacional.
 - (B) o Clima organizacional.
 - (C) a estrutura organizacional.
 - (D) o processo organizacional.
 - (E) o objetivo organizacional.
- 23 O ciclo PDCA, também conhecido como ciclo de Shewhart-Deming, sintetiza o processo de aprimoramento contínuo nas etapas de Planejar (do inglês *Plan*), Executar (do inglês *Do*) Verificar (do inglês *Check*) e Agir (do inglês *Act*). De acordo com esses conceitos, “Verificar” significa
- (A) propor ações corretivas sobre as diferenças significativas entre os resultados reais e os planejados.
 - (B) estabelecer objetivos e processos necessários para fornecer resultados de acordo com os requisitos.
 - (C) estudar os resultados reais (coletados e medidos na etapa da execução) e compará-los com os resultados esperados (definidos no planejamento), para identificar as diferenças.
 - (D) Implementar o plano, executar o processo, fazer o produto levantar dados para tabulação e análise nas etapas seguintes.
 - (E) identificar quais mudanças devem ser feitas para aprimorar o processo ou o produto.
- 24 Considerando os conceitos relacionados à estrutura organizacional, a amplitude de controle refere-se ao número de subordinados que um chefe pode supervisionar pessoalmente, de maneira efetiva e adequada. Sobre a amplitude de controle, é correto afirmar, portanto, que
- (A) proporciona uma estrutura organizacional mais barata para a instituição.
 - (B) tende a aumentar o número de níveis hierárquicos da organização.
 - (C) influencia no porte da organização.
 - (D) proporciona comunicação vertical eficaz.
 - (E) é maior nos níveis hierárquicos inferiores.
- 25 Em termos organizacionais, CENTRALIZAÇÃO é a maior concentração do poder decisório na alta administração e DESCENTRALIZAÇÃO é a menor concentração do poder decisório na alta administração, sendo, neste caso, o poder mais distribuído por seus diversos níveis hierárquicos. Constitui uma vantagem da DESCENTRALIZAÇÃO o/a
- (A) menor número de níveis hierárquicos.
 - (B) maior uniformidade em termos de processos técnicos e administrativos.
 - (C) possibilidade de efeitos negativos na motivação.
 - (D) possibilidade de atendimento mais rápido às necessidades das unidades organizacionais.
 - (E) risco de duplicar esforços para executar determinadas atividades.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 26 A proposta original do *balanced scorecard* (BSC) consistia em superar as limitações da gestão baseada apenas em indicadores financeiros. Entretanto, os idealizadores da proposta perceberam que os melhores referenciais financeiros não captavam toda a dinâmica do desempenho, do atual contexto competitivo baseado no conhecimento. O BSC então evoluiu para um/uma
- (A) sistema integrado de gestão (ERP), composto de diversos módulos conectados entre si, que permite a gestão em tempo real de todos os processos organizacionais.
 - (B) sistema gerencial estratégico do desempenho, projetado em torno da visão estratégica de longo prazo das organizações.
 - (C) ferramenta de desenvolvimento customizado da estratégia da organização (*business intelligence* – BI), adaptável a organizações públicas e privadas.
 - (D) sistema de gestão da tecnologia na organização, com o objetivo de proporcionar rupturas estratégicas e inovações descontínuas.
 - (E) mecanismo focado na elaboração do planejamento da estratégia organizacional, desconsiderando as etapas de implementação e controle.
- 27 Sobre os mapas estratégicos associados ao *balanced scorecard* (BSC), nos termos do que foi definido por seus autores (Robert Kaplan e David Norton), avalie se as afirmações abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F).
- () O mapa estratégico do *balanced scorecard* explicita a hipótese da estratégia.
 - () O mapa estratégico descreve o processo de transformação de ativos intangíveis em resultados tangíveis para os clientes e, por conseguinte, em resultados financeiros
 - () O mapa estratégico do *balanced scorecard* é uma arquitetura genérica para a descrição da estratégia.
 - () Os mapas estratégicos impedem que as organizações públicas e privadas vejam as suas estratégias de maneira coesiva, integrada e sistemática.

A sequência correta é

- (A) F; V; F; V.
 - (B) V; V; F; F.
 - (C) F; F; V; V.
 - (D) V; V; V; F.
 - (E) F; V; V; F.
- 28 Conforme Artur A. Thompson Jr. e outros (2013), a comunicação eficaz da visão estratégica da organização para outros níveis da hierarquia "... é tão importante quanto escolher uma direção de longo prazo estrategicamente segura". A eficácia da comunicação da visão é importante para que a organização
- (A) melhore a eficiência da comunicação organizacional.
 - (B) cumpra o seu objetivo formal de restringir a estratégia da organização aos seus colaboradores.
 - (C) desperte nos colaboradores a sua capacidade criativa, base para a conversão de novas ideias em inovações de sucesso.
 - (D) gere compromisso e seja convincente, produzindo um valor motivacional.
 - (E) saiba exatamente o que ela é e o que ela faz.
- 29 Segundo Ireland, Hoskisson e Hitt (2014, p. 36), "para lidar com dados ambientais ambíguos e incompletos e para aumentar a compreensão do ambiente geral, as organizações executam análises de ambiente externo". Nesse sentido "elas têm quatro atividades: escaneamento, monitoramento, previsão e avaliação". O monitoramento compreende
- (A) detectar o significado por meio da observação constante das mudanças e tendências ambientais.
 - (B) determinar o momento e a importância das mudanças e tendências ambientais para a estratégia da organização e a sua administração.
 - (C) combinar categorias de produtos de forma diferente.
 - (D) fazer projeções de resultados antecipados com base nas mudanças e tendências monitoradas.
 - (E) identificar os primeiros sinais de mudanças e tendências ambientais.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 30 A fim de assegurar a isonomia no tratamento dos fornecedores e prestadores de serviços e garantir a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabeleceu diferentes modalidades de licitação, tais como
- (A) a compra direta, a permuta e a tomada de preços.
 - (B) o concurso, a permuta e a concorrência.
 - (C) a concorrência, o convite e a compra direta.
 - (D) a tomada de preços, a compra direta e a concorrência.
 - (E) o leilão, o convite e a tomada de preços.
- 31 As normas gerais da modalidade licitatória denominada pregão encontram-se na Lei 10.520/2002 (resultante de sucessivas reedições de medidas provisórias), e, subsidiariamente, pelas normas gerais inseridas na Lei nº 8.666/1993. O pregão, como modalidade de licitação, consiste
- (A) naquela que possui a finalidade de identificar o melhor trabalho técnico, científico ou artístico produzido pelos interessados, segundo critérios constantes do respectivo instrumento convocatório previamente publicado.
 - (B) naquela que envolve interessados previamente ou não cadastrados perante a Administração Pública, com a finalidade de promover a alienação de determinados bens móveis e imóveis.
 - (C) no processo administrativo realizado na forma presencial ou eletrônica, por meio do qual a Administração Pública identifica a melhor proposta para a aquisição de determinados bens e para a contratação de certas espécies de serviços.
 - (D) na formulação, por parte da Administração Pública, de uma certificação, endereçada a um conjunto de destinatários inicialmente identificados, mas, também, reflexamente, destinada a um universo indefinido de potenciais interessados.
 - (E) naquela realizada entre interessados que já se encontram devidamente cadastrados por ocasião do lançamento do respectivo certame, ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 32 O pregão eletrônico foi introduzido no país a partir da Lei 10.520/2002, que expressamente assegurou tal possibilidade. Na fase recursal do pregão eletrônico,
- (A) o pregoeiro passará a examinar a habilitação do licitante em questão, em função das exigências constantes do respectivo instrumento convocatório.
 - (B) o sistema ordenará as propostas consideradas classificadas, franqueando-se a possibilidade de seus titulares prosseguirem participando da licitação.
 - (C) o pregoeiro examinará a melhor proposta em relação à compatibilidade do preço estimado pela Administração.
 - (D) o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo constante do instrumento convocatório.
 - (E) abre-se a possibilidade de formulação de recursos administrativos, assegurado o direito de contra-manifestação aos demais participantes.
- 33 O inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 possibilitou estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Posteriormente, a Lei n. 8.745 de 09/12/1993 regulamentou o citado inciso, estabelecendo o recrutamento de pessoal a ser contratado mediante processo seletivo _____ sujeito a ampla divulgação, inclusive por meio do Diário Oficial _____ e _____ de concurso público.
- A sequência que apresenta as palavras que corretamente preenchem as lacunas no texto acima, é
- (A) simplificado; do Município; necessitando.
 - (B) padrão; da União; necessitando.
 - (C) simplificado; da União; prescindindo.
 - (D) padrão; do Estado; prescindindo.
 - (E) simplificado; da União; necessitando.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

34 De acordo com o artigo 36 do Estatuto do Servidor Público (Lei nº 8.112/90), “remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem a mudança de sede”.

São modalidades de remoção

I de ofício, no interesse da Administração.

II a pedido, a critério exclusivo do servidor.

III a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

(A) I, II e III.

(B) I e II, somente.

(C) II e III, somente.

(D) I e III, somente.

(E) I, somente.

35 De acordo com Colombo e Rodrigues (2011, p. 250), “o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei no 10.861, que representou um avanço no processo de avaliação das instituições de ensino superior (IES) e dos cursos de graduação”.

São princípios que o SINAES deverá assegurar, ao promover a avaliação de IES, de cursos e de desempenho dos estudantes,

(A) respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; avaliação institucional interna e externa.

(B) avaliação institucional interna e externa; saúde do professor.

(C) caráter privado de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; Participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo.

(D) respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos; caráter privado de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

(E) saúde do professor; caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos.

36 Existem grandes diferenças entre público e privado, no que tange o ensino universitário. Essas diferenças repercutem na forma como as instituições federais de ensino elaboram e implementam as suas estratégias. Estudos recentes sugerem que entre as mais relevantes fontes de vantagem competitiva das instituições públicas de ensino superior estão a qualidade do ensino e da pesquisa e a reputação da instituição, fatores que habilitam essas instituições a obterem fundos governamentais e/ou de pesquisa. As instituições públicas de ensino superior disputam por variadas fontes de recursos existentes no seu ambiente externo e estão sujeitas às eventuais restrições orçamentárias governamentais.

Nesse contexto, é correto afirmar que o desenvolvimento de uma posição competitiva favorável pelas instituições federais de ensino, quanto à qualidade do ensino e da pesquisa e à reputação, configuram

(A) um adequado ajuste externo, como resultado de uma análise do ambiente interno.

(B) um adequado ajuste interno, como resultado de uma análise do ambiente externo.

(C) um inadequado ajuste interno, como resultado de uma análise do ambiente externo.

(D) um inadequado ajuste externo, como resultado de uma análise do ambiente interno.

(E) um adequado ajuste interno e externo.

37 Seguir o planejado em um projeto até a sua conclusão não significa necessariamente garantia do seu sucesso se os eventuais ajustes imprescindíveis não forem implementados. Para buscar garantir esse sucesso é necessário estabelecer um processo de monitoramento e controle, o qual

(A) inclui as ações para planejar e manter um plano de trabalho viável para atingir os objetivos estabelecidos para o projeto.

(B) coordena as ações definidas para realizar o plano de trabalho e executar os produtos a serem entregues pelo projeto.

(C) mede o desempenho do projeto e toma ações a fim de assegurar que seus objetivos sejam atingidos.

(D) inclui as ações necessárias para o início de um projeto ou fase.

(E) formaliza o encerramento do projeto.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

38 O orçamento público reúne de forma sistemática e organizada todas as receitas estimadas para determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar nesse período. Sobre o orçamento público, é correto afirmar que ele é

- I um documento contábil de receitas e despesas.
- II um instrumento público de alocação de recursos.
- III a base para a elaboração das políticas monetárias governamentais.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I, II e III.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e III, somente.

39 De acordo com a Constituição brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes Orçamentárias “compreenderá as metas e prioridades da administração pública _____, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro _____, orientará a elaboração da lei orçamentária _____, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”. (Constituição da República Federal do Brasil de 1988)

A sequência que apresenta as palavras que corretamente preenchem as lacunas no texto acima, é

- (A) federal; subsequente; anual.
- (B) estadual; atual; anual.
- (C) municipal; atual, periódica.
- (D) federal; atual, anual.
- (E) estadual; subsequente; atual.

40 A Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) trouxe várias atribuições à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), **exceto** a de dispor sobre

- (A) metas e riscos fiscais.
- (B) programação financeira.
- (C) orçamento participativo.
- (D) limitações de empenho e movimentação financeira.
- (E) transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

41 Os entes políticos não podem publicar relatórios sobre as suas atividades de forma a serem compreendidos apenas pelos seus próprios técnicos, sob pena de impedir o controle da sociedade. A Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011) veio regulamentar o art. 37, § 3º, II, da Constituição, impondo aos entes federativos a divulgação

- (A) das informações pessoais dos servidores, mesmo as relativas à intimidade e à vida privada.
- (B) inclusive das informações sigilosas, assim legalmente classificadas por colocarem em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional.
- (C) de informações imprecisas, vagas e em linguagem de difícil compreensão.
- (D) das suas despesas, na internet, de modo objetivo, transparente, claro e em linguagem de fácil compreensão.
- (E) das informações na forma da lei submetidas temporariamente à restrição de acesso público, em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

42 Um papel consiste em um conjunto de comportamentos recorrentes apropriados a uma posição específica em um sistema social formal ou informal, e especifica relações, como da autoridade e do *status*, no sistema. Nas organizações, os papéis formais são frequentemente nomeados como descrições de cargos.

Com base nessa teoria, em uma organização, um indivíduo que esboça comportamentos recorrentes de avaliação, recompensa, correção, disciplina e supervisão do trabalho desempenha o papel:

- (A) de um subordinado, na organização.
- (B) de um chefe, na organização.
- (C) do um consultor da organização.
- (D) de um fornecedor da organização.
- (E) de um cliente da organização.

43 O parágrafo único do art. 11 do Decreto n. 6.029/2007 (que institui o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e dá outras providências) define: “Entende-se por agente público, para os fins deste Decreto, todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, a órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta”. O conceito de agente público definido no referido decreto

- (A) aplica-se ao decreto citado acima.
- (B) aplica-se, de uma forma geral, ao Direito.
- (C) não se aplica ao decreto citado acima.
- (D) não se aplica, de nenhuma forma, ao Direito.
- (E) não se aplica aos servidores públicos.

44 Com base nas metas estabelecidas na Lei do PPA (Plano Plurianual) e nas orientações da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), o Poder Executivo elabora a programação anual de trabalho, denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). Um dos princípios orçamentários fundamentais a que a LOA deve obedecer é o da exclusividade, segundo o qual

- (A) deve haver apenas uma LOA para cada entidade da Federação.
- (B) a LOA não pode apresentar dotações globais a despesas, devendo fornecer detalhamento suficiente para demonstrar a origem e a aplicação dos recursos.
- (C) a LOA não pode conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- (D) a LOA deve apresentar as receitas e despesas pelos seus valores brutos, sem qualquer tipo de dedução.
- (E) a LOA deve conter todas as despesas e receitas da Administração Pública.

45 O *balanced scorecard* complementa medidas financeiras de desempenhos passados das organizações, com medidas de indutores do desempenho futuro, em um modelo básico em que os objetivos e medidas enxergam a organização a partir de quatro perspectivas, entre as quais estão

- (A) ameaça de novos entrantes; clientes.
- (B) finanças; rivalidade entre os competidores.
- (C) oportunidades; processos de negócios internos.
- (D) clientes; aprendizado e crescimento.
- (E) produtos substitutos; financeiros.